

Uma sociologia da sociologia do trabalho na França

A sociology of the sociology of work in France

TANGUY, Lucie. *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Prefácio Liliana Segnini. São Paulo, Edusp, 2017. 312 pp.

Ricardo Colturato Festi

Professor do Colégio Técnico de Limeira (Cotil), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Limeira – SP, Brasil.

E-mail: ricardofesti@gmail.com.

DOI: 10.1590/339817/2018

A tradução do livro de Lucie Tanguy, *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)* publicado em 2011 pela editora La Découverte, é fruto de uma longa relação acadêmica e pessoal que a autora nutriu, ao longo de duas décadas, com pesquisadores e professores brasileiros. Tal relação se desdobrou em debates, reflexões e investigações coletivas por meio de acordos de pesquisas temáticas sobre o mundo do trabalho no Brasil e na França.¹ As investigações que deram origem a este livro foram concomitantes a essas parcerias, e os seus resultados parciais foram compartilhados com os brasileiros, que se motivaram a refletir sobre a história de sua própria disciplina.²

Lucie Tanguy é socióloga francesa e diretora de pesquisa honorária do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), associada ao laboratório Genre, Travail, Mobilité (GTM), vinculado ao Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (Cresppa). Ao longo de sua carreira acadêmica, a autora dedicou-se a estudar diversos temas relacionados com a qualificação e a formação profissional do trabalhador. Por conta disso, abordou objetos de pesquisa como o ensino profissional, as relações entre educação e trabalho, a problemática da qualificação e competência, a formação permanente e o sindicalismo, entre outros. Em seus últimos anos na ativa como pesquisadora e educadora, Tanguy iniciou um longo estudo sobre

a história da sociologia do trabalho na França, o que a conduziu para a sócio-história e a sociologia do conhecimento.

O livro está regado, ainda que de forma não evidente, por motivações e balanços pessoais, mas sem perder o seu propósito e a sua objetividade. Isso se explica pelo fato de que a autora, ao longo de décadas, participou das pesquisas em sociologia do trabalho na França. Como ela salienta, “a análise aqui efetuada é, de saída, a retomada da experiência de quem pesquisa um tema depois de um sinuoso percurso” (p. 10). Arriscamo-nos a afirmar que a obra é uma resposta às inquietações de uma pesquisadora crítica que vê a necessidade de “passar o bastão” para as novas gerações e alertá-las para os perigos que corre a sociologia ao perder a sua autonomia intelectual num mundo acadêmico burocratizado.

Filha de um operário agrícola, Tanguy foi uma figura “estranha” ao círculo acadêmico parisiense dos anos de 1960, vista como uma espécie de “gênio” devido a sua capacidade intelectual e a sua ascensão a um universo elitizado.³ Durante o doutorado, trabalhou com Pierre Naville,⁴ um dos mais importantes sociólogos do pós-guerra e organizador, ao lado de Georges Friedmann, do *Tratado de sociologia do trabalho*. Brillhante intelectual, Naville é um desconhecido pelas novas gerações, fato que impacta nos questionamentos de Tanguy sobre o processo de “canonização” e esquecimento de autores no desenvolvimento da sociologia francesa. O fato é que Naville (surrealista, trotskista, psicólogo, sociólogo etc.) não sobreviveria no mundo acadêmico de hoje, pois “a especialização inerente ao desenvolvimento das ciências sociais foi acompanhada de uma redução da escala de inteligibilidade do mundo social e de uma perda da capacidade de leitura dos fenômenos de longa duração” (Tanguy, 2007, p. 298).

No livro, a autora aborda o processo que levou a sociologia se diferenciar em especialidades, sobretudo a sociologia do trabalho. Questiona o que faz com que uma ciência seja reconhecida como tal, submetendo a sociologia do trabalho a uma análise histórica e sociológica com o objetivo de compreender os mecanismos sociais que orientam a prática científica. Nesse sentido, Tanguy busca mostrar as “condições institucionais do nascimento

da sociologia do trabalho e as modalidades intelectuais sob as quais ela se fez” (p. 44), pois toda nova disciplina surge quando novas demandas e problemáticas não podem ser respondidas ou abordadas pelos velhos modos de conhecimento existentes na área científica.

Esse foi o caso da institucionalização da sociologia na França após a Segunda Guerra. Como bem mostra a autora, a sociologia francesa – em especial a sociologia do trabalho – foi parte de um empreendimento muito mais amplo de reconstrução e “modernização” de uma nação marcada pela derrota, pela vergonha (da ocupação nazista e da colaboração) e pela destruição de seu aparato produtivo:

[...] a sociologia construiu-se, na França, como ciência desejosa de mostrar o movimento da realidade social e de agir sobre ele. A construção de uma sociologia empírica, concebida segundo o modelo das ciências da natureza, pareceu o estilo mais adequado aos problemas provocados pelas reformas empreendidas no pós-guerra e, depois, pela planificação, que definia a modernização da França nos anos de 1960-1970. Compreender e explicar a evolução social foi a ambição que orientou os trabalhos da geração dos autores que chegaram à sociologia no início dos anos de 1950. Foram eles os últimos a fornecer teorias globais, invocando a sociologia empírica como modelo a alcançar (p. 261).

A narrativa hegemônica na França, difundida por relatos e manuais, é que a sociologia do trabalho surgiu no seio do Centre d'Études Sociologiques (CES), sob a direção de Friedmann (conhecido, até hoje, como “pai da sociologia do trabalho”) e Naville, recebeu aportes das gerações seguintes, como foi o caso de Alain Touraine e Michel Crozier, e consolidou-se com a publicação do *Tratado de sociologia do trabalho* (1961; 1962) e o lançamento da revista *Sociologie du Travail* (1959). No entanto, quando a história de uma ciência é contada por seus protagonistas, estes tendem a ordenar e racionalizar o passado, destacando a sua posição e o valor de sua contribuição para a história intelectual (Miceli *et al.*, 1989). Portanto, Tanguy questiona

essa narrativa e propõe rever o lugar e o papel de personalidades e instituições nesse processo.

A autora acrescenta a essa história uma instituição esquecida, o Institut des Sciences Sociales du Travail (ISST), que funcionou de 1951 até o final da década de 1960. Ela problematiza esse esquecimento, pois mesmo aqueles que participaram direta ou indiretamente do ISST não deram a relevância que ele teve na formação e no desenvolvimento da sociologia do trabalho: “A ignorância na qual foi mantido o ISST também tem a ver com as práticas consagradas no ensino dessa disciplina que privilegia a história dos autores e das teorias gerais, cuja validade é raramente discutida diante das mudanças ocorridas entre o momento de sua elaboração e o da transmissão para as novas gerações” (p. 46).

Para decodificar o ISST e sua contribuição à sociologia do trabalho, assim como o desenvolvimento dessa disciplina nas décadas seguintes, Tanguy empreendeu a sua pesquisa em arquivos inéditos de ministérios, universidades, agências de fomento, revistas e associações. Confrontou as informações descobertas nesse meio com as entrevistas que realizou com agentes das áreas científicas e intelectuais. Dessa forma, seguindo as orientações de Chapoulie (1991; 2001; 2005), a autora prioriza mais uma análise das instituições que dos autores consagrados.

As três partes que dividem o livro retratam diferentes períodos do desenvolvimento da sociologia do trabalho francesa. Elas seguem uma coerência argumentativa, mas é possível lê-las separadamente. A primeira parte, que é o núcleo do livro, aborda os anos iniciais dessa especialidade, destacando a importância do CES e do ISST e analisando as suas pesquisas. A segunda parte analisa as tentativas de desenvolvimento e afirmação da sociologia do trabalho nas décadas de 1950 e de 1960, com um olhar na seguinte, período em que os estudos sobre o mundo do trabalho francês sofreram forte crise teórica e institucional. Por fim, a última parte aborda as profundas alterações ocorridas nos estudos sobre o trabalho a partir dos anos de 1980.

Em “Retrospecto da história da sociologia do trabalho na França: lugar e papel do ISST”, primeira parte do livro e composta por três capítulos,

Tanguy revisa criticamente os primórdios dessa especialidade. Mostra que a sociologia do trabalho francesa foi parte importante do projeto de “modernização” durante os Trinta Gloriosos e que, por meio do ISST, contou com fortes aportes financeiros do Ministério do Trabalho e do Plano Marshall. O objetivo maior do governo era reformar as relações de trabalho, tornando-as menos conflituosas por meio de uma cooperação entre diretores de empresas e organizações sindicais. Dessa forma, os conhecimentos originados pelas pesquisas ajudariam na formação de *experts* e no processo de transformação do mundo industrial.

O ISST era uma instituição híbrida mantida paritariamente pelo Ministério do Trabalho e pela Universidade de Paris-Sorbonne. Conviviam em suas instâncias altos funcionários do governo – reformadores e ex-militantes da Resistência – e pesquisadores.⁵ Com esse instituto, os jovens sociólogos tinham os meios para a realização de investigações empíricas aos moldes e na extensão da sociologia industrial norte-americana – algo que o CES não podia oferecer.⁶ No entanto, essas pesquisas eram delimitadas e financiadas por agentes externos, moldando o estilo da especialidade. Como afirma a autora:

[...] o ISST pôde logo oferecer aos jovens pesquisadores do CNRS, que buscavam espaço e reconhecimento, condições e locais de trabalho, além de interlocutores em busca de conhecimento. De fato, como veremos, nesse instituto havia, inicialmente, pesquisadores do CES que tentavam introduzir na sociologia uma nova área de pesquisa: o trabalho. Assim, em rápida evocação, o interesse das autoridades norte-americanas em apoiar financeiramente um centro de pesquisa empírica em ciências sociais lembra as circunstâncias e a maneira como a Rockefeller Foundation (Fundação Rockefeller) participou do surgimento de centros especializados em pesquisas empíricas e qualitativas sobre a vida econômica e social contemporânea, bem diversas dos estudos teóricos praticados nas faculdades: centros que prefiguravam a quinta seção da EPHE [École Pratique des Hautes Études] (p. 56).

As primeiras pesquisas trataram das questões provenientes das atitudes dos operários diante das mudanças técnicas e do modo como elas incidiam na organização do trabalho e nas formas de remuneração. Elas eram efetuadas em grande escala e de forma comparativa (em seis países europeus) no universo industrial. Em geral, os pesquisadores tinham uma sala de trabalho reservada no local pesquisado. O roteiro de pesquisa começava, invariavelmente, por observações sobre o local de trabalho e sobre as oficinas (ou escritórios) e com entrevistas não diretivas que forneciam elementos para a formulação de questionários aplicados a um universo maior de indivíduos. Em seguida, os resultados eram quantificados em tabulações e análises estatísticas para depois serem analisados, buscando-se, nesta última etapa, uma teorização a partir dos fatos. Todas essas pesquisas eram acordadas com as empresas e os sindicatos e os seus contratos previam a realização de um *feedback* com as partes envolvidas.

A segunda parte do livro, “Construir uma sociologia empírica, motivos e modalidades: as décadas de 1960-1970”, composta por quatro capítulos, procura seguir as ações dos pesquisadores na consolidação de um modelo científico. Para compreender como isso se efetivou, a autora se concentra, novamente, em analisar as relações estabelecidas entre os pesquisadores e as elites que orientaram as políticas de planificação da França, ressaltando as condições sociais e políticas nas quais os estudos foram realizados. Suas principais fontes documentais são os relatórios de conjuntura e de atividade produzidos no interior do CNRS.⁷ Dessa forma, Tanguy reconstrói os debates ocorridos no interior dos profissionais e dos órgãos de fomento na constituição de um *ethos* para a sociologia do trabalho.

O cenário político francês dos anos de 1960 foi marcado pelas políticas de planificação econômica e social impulsionadas pelo IV e V Planos (1962-1970) quadrienais. A sociedade francesa deixava para trás a situação de penúria do pós-guerra para entrar numa época de ascendente crescimento econômico e consumismo. O processo de transformação da sociedade demandava grandes esforços do mundo científico, em particular a sociologia, que se reivindicava enquanto uma ciência para a ação. Nesse contexto, as políticas científicas e o CNRS,

que compreendiam a sociologia como uma ciência positiva, priorizavam investigações de grande envergadura com o objetivo de “resolver os problemas do aumento da produtividade, além de outros ligados a aspectos da vida social” (p. 119). Assim, estava dada a justificativa social para a sociologia existir.

Após a sociologia do trabalho se firmar enquanto uma especialidade científica com reconhecimento para além do mundo acadêmico ao longo dos anos de 1950, a nova geração de sociólogos passou então a se firmar e se diferenciar com o lançamento de obras “maiores”. Suas pretensões transbordavam o estudo do trabalho, buscando apresentar teorias sociológicas gerais. Muitos livros se tornaram referências, sendo que alguns conseguiram repercussão do grande público. Concomitante a essa busca por afirmar uma vocação, normatizar a ciência e deixar um legado, a nova geração se enveredou em polêmicas teóricas e políticas, algumas delas definidoras de rupturas importantes.

Este foi o caso do debate entre Crozier e Touraine sobre a forma de analisar o mundo do trabalho.⁸ Enquanto o primeiro apresentava uma perspectiva liberal e concentrada na empresa, o segundo buscava se distanciar do estrutural-funcionalismo e apresentar uma sociologia que relevasse a historicidade. A obra de Crozier inaugurou a sociologia da organização, enquanto a de Touraine, alguns anos mais tarde, deixou a sociologia do trabalho para estudar os movimentos sociais, entendidos como os verdadeiros sujeitos históricos na sociedade em plena transformação.

Nesse período surgiu também uma terceira vertente, a sociologia das profissões, defendida por Jean-Daniel Reynaud e desenvolvida no interior do ISST, fortemente influenciada pela tradição norte-americana das *industrial relations*. Uma quarta seria aberta pelos trabalhos de Raymond Boudon, que vinculou a sociologia francesa aos modelos estatísticos. Seus discípulos, como Jean-Michel Chapoulie, introduziram na França a tradição da sociologia norte-americana desenvolvida na Universidade de Chicago, sobretudo os trabalhos de Everett Hughes e seus alunos, quase todos sociólogos do trabalho.

Entretanto, as revoltas estudantis de maio-junho de 1968 colocaram em questionamento a so-

ciologia do trabalho, sua pretensão positiva de ciência aplicada, seu individualismo metodológico, seu empirismo e também a função social dos saberes produzidos. Os desdobramentos desse debate duraram décadas e pode-se dizer que ainda fazem parte do universo acadêmico francês.

A terceira e última parte do livro, “A sociologia em ação: os anos de 1980-1990”, composta por quatro capítulos, analisa as implicações e os desdobramentos da política científica patrocinada por uma coalização de partidos de esquerda que chegou ao poder na França em 1981, com a eleição de François Mitterrand. Estimulando uma nova política industrial, que colocou a pesquisa e a inovação no seu centro, o governo revalorizou as ciências humanas e sociais. No entanto, “a ênfase estava então nas mutações tecnológicas e na revalorização da empresa, e não mais sobre o emprego e a crítica da divisão internacional do trabalho” (p. 186). Novamente, as ciências sociais deveriam contribuir para que os principais atores sociais da mudança, os empresários e os sindicatos, construíssem um pacto nacional em prol da sociedade.

Porém, o objetivo de criar uma nova ordem social teve um resultado desastroso, na perspectiva de Tanguy. A partir dos anos de 1990, “os sociólogos preocuparam-se mais com a produção das mudanças sociais inscritas nas políticas e nos programas de pesquisa. Pensar a mudança sem ver o que não mudou resultou em perda da capacidade crítica nas análises sociológicas realizadas” (p. 256). Nesse cenário, o vigor e a proposta da sociologia do trabalho formulada nos anos de 1950 e de 1960, que tinha como prioridade a explicação da totalidade social, foi dando lugar a uma sociologia da empresa e a sua fragmentação em múltiplas análises, pesquisas e teorias.

Longe de fechar o debate, o livro busca abrir as portas para que as novas gerações de sociólogos reflitam sobre o seu próprio *métier* de uma perspectiva histórica. No caso do público brasileiro, em particular os sociólogos, o livro pode ser uma fonte de inspiração aos que desejam se lançar na empreitada de reconstruir e problematizar o desenvolvimento de nossa sociologia do trabalho, tradição que contou, desde os seus primórdios, com significativas contribuições da sociologia francesa.

Notas

- 1 Desde 2000, essas pesquisas ocorrem por meio de acordos estabelecidos entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Comitê Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil (Cofecub) e entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o CNRS. Do lado francês, participaram das pesquisas Lucie Tanguy, Danièle Linhart, Régine Bercot e Helena Hirata. Do lado brasileiro, Aparecida Neri de Souza, Lilana Segnini e Nadya Araujo Guimarães, entre outros pesquisadores.
- 2 Em dezembro de 2009, foi organizado o seminário Sociologia do Trabalho na França e no Brasil: História e Perspectiva de um Campo Científico. Nesse evento, Tanguy debateu ao lado de Juarez Brandão Lopes, que deu um relato sobre os primeiros contatos entre os sociólogos brasileiros e franceses nas investigações sobre o mundo do trabalho nos anos de 1950 e de 1960. Um dossiê desse evento foi publicado na revista *Educação & Sociedade*, 33 (118), de jan.-mar. de 2012.
- 3 Conforme nos relatou Tanguy em entrevista realizada em fevereiro de 2017.
- 4 De fato, como explica Tanguy, ele foi formalmente o seu orientador, mas a direção efetiva da tese ficou a cargo de Viviane Isambert-Jamati. O resultado final de seu doutorado foi publicado com o título *Le capital, les travailleurs et l'école* pela editora Maspéro em 1976.
- 5 Os autores mais importantes vinculados a esse projeto foram Michel Crozier (CNRS), Yves Delamotte (secretário-geral do ISST), Georges Friedmann (CES), Isambert-Jamati (CNRS), Guy Lajoine (conselheiro organizacional), Bernard Mottez (ISST), Pierre Naville (CNRS), Jean-Daniel Reynaud, Alain Touraine (ambos professores universitários e pesquisadores do CNRS) e Jean-René Tréanton (CNRS).
- 6 Nesse momento, a sociologia ainda era uma ciência marginal as universidades francesas. A primeira graduação foi criada somente em 1958.
- 7 O CNRS é o principal órgão de pesquisa francês criado no pós-guerra.
- 8 Essa polêmica pode ser encontrada nos volumes 2 e 3 de *Sociologie du Travail* do ano de 1964.

BIBLIOGRAFIA

- CHAPOULIE, J.-M. (1991), "La seconde fondation de la sociologie française, les Etats-Unis et la classe ouvrière". *Revue Française de Sociologie*, 32 (3): 321.
- CHAPOULIE, J.-M. (2001), *La tradition sociologique de Chicago: 1892-1961*. Paris, Seuil.
- CHAPOULIE, J.-M. (2005), "Un cadre d'analyse pour l'histoire des sciences sociales". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 13 (2): 99.
- MICELI, S. et al. (orgs.). (1989), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- TANGUY, L. (2007), "Leçon d'un homme de science hétéronome", in F. Blum (org.), *Les vies de Pierre Naville*, Villeneuve-d'Ascq, Presse Universitaires du Septentrion.